

Beneficiados pedem desligamento voluntário

(NÃO ASSINADO)

Sessenta mil famílias já tomaram a iniciativa desde 2004

Aajudante de serviços gerais Sueli Miranda, de 47 anos, pediu dias atrás seu desligamento do programa Bolsa-Família. Mãe de quatro filhos, moradora da periferia de Belo Horizonte e com uma renda familiar mensal de R\$ 200 há um ano e meio, ela recebia R\$ 122 de ajuda do programa.

Agora, recém-contratada por uma revenda de automóveis e "fichada", como ela diz, ao se referir ao registro em carteira profissional, acha que deve deixar a vaga para alguém mais precisado.

O caso de Sueli ajudou a engrossar uma estatística que soa como música aos ouvidos do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Patrus Ananias: recém-atualizada, ela mostra que, desde a criação do programa, em 2004, um total de 60.165 famílias pediram voluntariamente seu desligamento. "Isso mostra que as pessoas pobres não estão se acomodando", diz o ministro. "Em todos esses casos, as famílias tomaram a iniciativa."

Renda –Mais da metade dos pedidos – 34.185 – veio das regiões Sul e Sudeste do País. E, na maior parte das vezes, a justificativa foi o aumento na renda das famílias.

À primeira vista, a devolução dos cartões revela um sentimento de cidadania entre os pobres beneficiados, além de indicar que o programa tem portas de saída. Mas não é só. Existem fortes indicadores de que esse movimento está ligado a outra questão: o aprimoramento do cadastro único do governo federal, que reúne as informações dos programas sociais.

Quem chama a atenção para o fato é o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Diante da estatística, ele comenta: "Sei que o pobre brasileiro é muito humilde e já soube de casos exemplares de pessoas que devolveram o cartão. Mas esse número, de 60 mil devoluções, aponta um grau espetacular de civilidade. É surpreendente."

Em seguida ele observa que, com o auxílio da informática, o cadastro único vem se transformando num mapa cada vez mais preciso da pobreza, com informações sobre renda, consumo, registros de emprego formal, educação, saúde, alimentação, mudança de endereço. "Isso melhorou muito a capacidade de gestão social no País", diz Néri.

A análise é compartilhada por Rosani Cunha, que dirige a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Ela diz que desde junho de 2006 o Bolsa-Família reúne um conjunto aproximado de 11 milhões de famílias. "Nesse período, já saíram quase 2,7 milhões de famílias. Tem de tudo aí: desde as que saem por vontade própria às que são localizadas em auditorias."

Transparência – Em Santo André, o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Ademar de Oliveira, confirma essa visão: "Temos um sistema de cruzamento de dados que permite acompanhar tudo o que acontece."

Se uma criança de família beneficiada deixa de ir à escola, a direção comunica o fato ao Conselho Tutelar. Se não houver uma solução, a família pode ser desligada do programa. Da mesma forma, empregos com registro em carteira acabam sendo logo detectados pelo cadastro. Diante disso, a família prefere se afastar voluntariamente, quando melhora de vida, a ser flagrada cometendo irregularidades. (AE)